

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017.

(Dos Srs. Luiz Couto e Chico Alencar)

Requer realização de audiência pública para debater e analisar a PEC 187/2016.

Senhor Presidente:

Requeiro nos termos dos art. 24, incisos III e XIII, c/c art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública com a finalidade de debater a PEC nº 187/16 – que “acrescenta o §8º ao art. 231 da Constituição Federal de 1988, a fim de permitir às comunidades indígenas praticar atividades agropecuárias e florestais em suas terras, bem como, comercializar aquilo que foi produzido e gerenciar a sua renda”, com a presença dos seguintes expositores:

- **Sr. Luciano Mariz Maia** – Coordenador da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais - Ministério Público Federal;
- **Representante** do Conselho Indigenista Missionário - Cimi;
- **Representante** do Centro de Trabalho Indigenista - CTI;
- **Representante** do Instituto Socioambiental – ISA;
- **Representante** da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

JUSTIFICATIVA

Por se tratar de um tema de bastante complexo, sobre as explorações agropecuárias em reservas indígenas, mesmo que em proporções significativas, como o citado na justificativa da proposta de emenda à Constituição, ainda se faz necessário a realização de audiência pública para abordarmos os possíveis riscos inerentes a tal tipo de exploração econômica em reservas indígenas e naturais, e fora dos padrões culturais das comunidades indígenas.

É notório que as atividades produtivas das comunidades indígenas estão intimamente vinculadas à suas culturas e dependem em alto grau da natureza abundante e diversa que lhes configura o ambiente propício para a vida conforme as suas tradições. A liberação das atividades pecuárias em reservas indígenas poderia colocar em risco os ecossistemas necessários à reprodução de suas vidas e de suas respectivas culturas.

Diante do exposto, Senhor Presidente, reveste-se de extrema importância a realização de audiência pública que possa discutir verdadeiramente os riscos palmares à reprodução do modo de vida de nossas comunidades indígenas e aos seus direitos reconhecidos pela Constituição da República.

Nesses termos é que solicitamos o apoio dos nobres membros desta douta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2017.

LUIZ COUTO
Deputado Federal - PT/PB

CHICO ALENCAR
Deputado Federal – PSOL/RJ